



Número: **0603720-43.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **30/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por VALERIO CAVALHEIRO, CPF 356.278.409/00, candidato ao cargo de Deputado Estadual pelo Partido Popular Socialista - PPS.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|---|---------|
| ELEICAO 2018 VALERIO CAVALHEIRO DEPUTADO ESTADUAL (RESPONSÁVEL) | | IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA (ADVOGADO) | |
| VALERIO CAVALHEIRO (RESPONSÁVEL) | | IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA (ADVOGADO) | |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 7846566 | 21/05/2020 14:11 | Acórdão | Acórdão |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 56.068

PRESTAÇÃO DE CONTAS 0603720-43.2018.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

RESPONSÁVEL: ELEICAO 2018 VALERIO CAVALHEIRO DEPUTADO ESTADUAL

ADVOGADO: IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA - OAB/PR023381

RESPONSÁVEL: VALERIO CAVALHEIRO

ADVOGADO: IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA - OAB/PR023381

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral

EMENTA - ELEIÇÕES 2018 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA - CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. NÃO ELEITO - LEI Nº9.504/97 E RESOLUÇÃO TSE Nº23.553/17 - CONTAS PARCIAIS NÃO APRESENTADAS - NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO. EXTRATOS ELETRÔNICOS ENVIADOS PELA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - IRREGULARIDADES QUE NÃO PREJUDICARAM A ANÁLISE E FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS - CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1.O descumprimento na apresentação da prestação de contas parciais é irregularidade que viola o disposto no art.50 da Resolução TSE nº23.553/2017, mas que não enseja a desaprovação quando não impede a análise e verificação das contas pelo setor de análise técnica.

2.Diante do envio dos extratos eletrônicos pela instituição financeira, foi possível a verificação da movimentação de recursos financeiros, em que pese a não apresentação dos extratos bancários obrigatórios pelo prestador.

3.Contas aprovadas com ressalvas.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 12/05/2020

RELATOR CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN



RELATÓRIO

1.Trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por **VALÉRIO CAVALHEIRO**, relativa às Eleições 2018, em que concorreu ao cargo de deputado estadual pelo partido PPS -- Partido Popular Socialista e não foi eleito (ID 359016 e seguintes).

2.Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação (ID 411016 e 682916).

3.Inicialmente a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias deste Tribunal apresentou relatório apontando diligências a serem atendidas pelo requerente (ID 2776566). Intimado, o prestador apresentou manifestação e prestação de contas final retificadora (ID 3153716 e seguintes).

4.**No parecer conclusivo de ID 5559866, o Setor Técnico manifestou-se pela aprovação das contas com ressalvas**, apontando as seguintes irregularidades remanescentes: I) ausência de apresentação de contas parciais (item 1.1); e, II) ausência de apresentação de extrato da conta bancária destinada à movimentação de Outros Recursos (itens 1.2 e 8).

5.Intimado do parecer conclusivo, o requerente não apresentou manifestação (ID 5751266).

6.A **Procuradoria Regional Eleitoral**, em parecer de ID 5968066, entendeu que as irregularidades apontadas não impediram a análise da prestação de contas. Assim, manifestou-se pela **aprovação com ressalvas das contas**, nos termos do artigo 77, inciso II, da Resolução TSE.

É o relatório

VOTO

1.Como visto no relatório, trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por **VALÉRIO CAVALHEIRO**, candidato ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2018, cuja competência originária é deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e regida pela Lei nº9.504/97, regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral na Resolução nº23.553/2017. **O então candidato obteve 267 votos.**

2.Não houve a apresentação das contas parciais. As contas finais foram tempestivamente apresentadas em 29.10.2018, conforme disposto no artigo 52[1] da Resolução TSE nº23.553/2017.

3.Segundo informações do órgão de análise técnica, os recursos utilizados na **campanha totalizaram R\$5.000,00**, oriundos integralmente de doações financeiras de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC.

4.Não houve informações de recebimento de recursos de fonte vedada, de origem não identificada ou do Fundo Partidário.



5. Adentrando na análise das contas prestadas, o **parecer técnico conclusivo** (ID 5559866) apontou como irregularidades remanescentes nas contas:

I) Ausência de entrega das contas parciais (item 1.1):

O descumprimento na apresentação da prestação de contas parciais é irregularidade que viola o disposto no artigo 50[2] da Resolução TSE nº23.553/2017.

Com efeito, a obrigação de prestar contas parciais visa dar transparência acerca das arrecadações de recursos e financiamento de campanhas eleitorais, possibilitando, assim, a fiscalização por meio dos demais candidatos, partidos, coligações, ministério público e sociedade civil.

Não obstante, analisando em conjunto com a prestação de contas final posteriormente apresentada, verifica-se que a irregularidade não impediu a análise e verificação das contas pelo setor de análise técnica, que obteve e juntou as informações acerca da veracidade das movimentações declaradas.

Assim, dada a ausência de prejuízo à análise das contas, e conforme reiterada jurisprudência deste Regional, entende-se que a irregularidade, isoladamente considerada, não enseja a desaprovação das contas, mas sim a aposição de ressalva.

II) Ausência de apresentação de extrato da conta bancária destinada à movimentação de Outros Recursos (itens 1.2 e 8):

O prestador deixou de apresentar os extratos da conta bancária nº17208-1, agência 5720, do Banco Bradesco, destinada à movimentação de Outros Recursos, descumprindo a determinação prevista no artigo 56, inciso II, alínea "a", da Resolução TSE.

Contudo, o órgão técnico ressaltou, nos itens 1.2 e 8 do parecer, que a instituição financeira enviou os extratos eletrônicos da referida conta, o que permitiu a plena análise e fiscalização das movimentações financeiras.

Por tal razão, a irregularidade não se revela grave o suficiente para levar a desaprovação, ensejando, não obstante, a aposição de ressalva nas contas.

6. Portanto, considerando que as irregularidades remanescentes não prejudicaram a efetiva análise e verificação das contas por esta Justiça Especializada, conclui-se por sua aprovação com ressalvas.

7. **ISTO POSTO**, diante da argumentação acima expendida, acompanhando os pareceres do Setor Técnico e da Procuradoria Regional Eleitoral, e com fundamento no artigo 30, inciso II, da Lei nº9.504/97 c/c o artigo 77, inciso II, da Resolução TSE nº23.553/2017, **voto no sentido de julgar APROVADAS COM RESSALVAS as contas apresentadas por VALÉRIO CAVALHEIRO**, referente às eleições de 2018, em que concorreu ao cargo de deputado estadual e não foi eleito.

Curitiba, 12 de maio de 2020.

Carlos Alberto Costa Ritzmann

Relator



[1] Art.52 - As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia posterior à realização das eleições (Lei nº9.504/1997, art.29, inciso III).

[2] Art.50 - Os partidos políticos e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a entregar à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim (Lei nº9.504/1997, art.28, §4º):

I - os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento;

II - relatório parcial discriminando as transferências do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os recursos financeiros e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.

EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0603720-43.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN - REQUERENTE: VALERIO CAVALHEIRO - Advogado do REQUERENTE: IVO ERICSSON CAMARGO DE LIMA - PR023381.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos e Roberto Ribas Tavarnaro - Substituto em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO DE 12.05.2020.

